

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - CEARA

# Edital 28/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2026	257033-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - CEARA	ALBERTO SALES BARBOSA	15/06/2026 15:18 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25044.000513/2025-00

## 1. DO OBJETO

### PREGÃO ELETRÔNICO

90028/2026

### CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

257033

### OBJETO

*Registro de Preços para eventual Aquisição de Insumos para Monitoramento da Qualidade da Água - MQAI, a fim de atender às necessidades de todos os procedimentos de coletas e análises realizadas pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Ceará - DSEI/CE.*

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 44.197,31 (Quarenta e quatro mil, cento e noventa e sete reais e trinta e um centavos).**

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

**Dia 29/06/2026 às 9h:00min (horário de Brasília)**

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO

menor preço

## MODO DE DISPUTA

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

### ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026

### Processo Administrativo nº. 25044.000513/2025-00

Torna-se público que o **Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará**, por meio do **Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/CE**, sediado na Avenida Pontes Vieira, 832 - Anexo I - 2º. Andar - Bairro São João do Tauape, Fortaleza/CE, CEP 60130-240, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para eventual Aquisição de Insumos para Monitoramento da Qualidade da Água - MQAI, a fim de atender às necessidades de todos os procedimentos de coletas e análises realizadas pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Ceará - DSEI/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/~~Projeto Básico~~, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**OU**

~~1.3. A licitação será realizada em único item.~~

**OU**

~~1.4. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.~~

**OU**

~~1.5. A licitação será realizada em grupo único, formado por .... itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.[A2]~~

**OU**

~~1.6. A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.~~

~~1.6.1. relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;~~

~~1.6.2. relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem[A3].[A4]~~

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

~~3.6. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.[A1]~~

~~3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]~~

~~3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.~~

**OU**

~~3.9. Nos itens XX, XX e XX não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.~~

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

*3.10.11. sociedades cooperativas;[A4]*

*3.10.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;[A5]*

*3.10.13. pessoas físicas.[A6]*

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

*4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

**OU**

~~4.2. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.~~

~~4.3. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.~~

~~4.4. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.~~

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

*5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.[A1]*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício[A2] .

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrite como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021[A4] .

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

~~6.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e ..... (anual, total) do item;~~

~~6.1.2. marca;~~

~~6.1.3. fabricante; [A1]~~



~~6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de .....~~

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **[NÃO]** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

*6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional[A3] .*

**OU**

~~6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.~~

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. [A4]

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



~~6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.~~

~~6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.~~

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,05 (cinco centavos)** [A2]

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

~~7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.~~

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

~~7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

~~7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.~~

~~7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.~~

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

~~7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).~~

~~7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.~~

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.  
[A7]

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;[A9]

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025[A10] .

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

*7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;[A11]*

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A12] [A13]

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

~~7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência. [A14]~~

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15]

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;[A1]

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.[A2]

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

~~8.8.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];~~

~~8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.~~

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

~~8.13. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:~~

~~8.13.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;~~

~~8.13.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;[A3]~~

~~8.13.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.~~

8.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

~~8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.15.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.~~

~~8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A4]~~

~~8.15.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;~~

~~8.15.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.~~

~~8.15.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.~~

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

~~8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;~~

~~8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.~~

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

~~8.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:~~

~~8.24.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;~~

~~8.24.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;~~

~~8.24.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e~~

~~8.24.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A6]~~

8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A7]

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração,

incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.[A8]

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

~~9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.~~

~~9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [INSERIR UM PERCENTUAL ENTRE 10% A 30 %, SALVO SE HOVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO][A1] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.~~

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ~~[INDICAR QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO].~~

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

~~9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.~~

~~9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.~~

~~9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.[A2]~~

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:[A3]

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

*10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

~~10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;~~

*10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

*10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

~~10.8 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226 /2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.[A2]~~

~~10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974. [A3]~~

~~10.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024. [A4]~~

~~10.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.~~

**OU**

~~10.11. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de XX %.[A5]~~

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **XX (xxxxx)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **[poderá] OU [não poderá]** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **compras. gov. br**

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta

em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **[dseiceara.licitacao@gmail.com](mailto:dseiceara.licitacao@gmail.com)** [A1]

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.[A2]

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

*16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;*

*16.11.1.1. Anexo I do Termo de Referência - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;*

*16.11.1.2. Anexo II do Termo de Referência - Termo de Ciência e concordância;*

*16.11.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar*

*16.11.4. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços.*

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUCAS GUERRA CARVALHO DE ALMEIDA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 15:18:09.*

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - CEARA

Termo de Referência 22/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2026	257033-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - CEARA	ALBERTO SALES BARBOSA	15/06/2026 15:17 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	112/2026	25044.000513/2025-00

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de *Insumos para Monitoramento da Qualidade da Água - MQAI, a fim de atender às necessidades de todos os procedimentos de coletas e análises realizadas pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Ceará - DSEI/CE*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	SACO/BOLSA PARA COLETA MICROBIOLÓGICA- MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: CERCA DE 100, TIPO: PARA AMOSTRA, TIPO TAMPA: C/ SISTEMA DE FECHO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, ACESSÓRIOS: COM TIOSSULFATO DE SÓDIO	444151	UN	8.000	R\$ 4,6657	37.325,6000
2	ÁLCOOL ETÍLICO -TEOR ALCOÓLICO: 70%_(70°GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO	269941	Litro	100	R\$ 11,4300	1.143,0000
3	CAIXA TÉRMICA - MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: TRANSPORTE MEDICAMENTOS, CAPACIDADE: 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOPLADA, RETANGULAR, FECHO E ALÇA, CANTOS ARREDON	298238	UN	20	R\$ 255,5320	5.110,6400

4	PIPETA - CAPACIDADE: 5, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PASTEUR, TIPO USO: DESCARTÁVEL	429492	UN	100	R\$ 2,9900	299,0000
5	PIPETA - CAPACIDADE: 10, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PASTEUR, TIPO USO: DESCARTÁVEL	452500	UN	100	R\$ 1,1667	116,670
6	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL - CAPACIDADE NOMINAL: 120, MODELO: LR44, TENSÃO NOMINAL: 1,5, TIPO: BOTÃO	482036	UN	40	R\$ 5,0600	202,4000
	TOTAL				R\$	44.197,31

1.1.1 Para fins desta aquisição, as especificações técnicas constantes neste **Termo de Referência** constituem o parâmetro oficial para a formulação das propostas e para a análise de conformidade dos bens.

1.1.2 Ressalta-se que os códigos e descrições constantes no **CATMAT** possuem caráter meramente referencial, sendo utilizados para fins de padronização e operacionalização do sistema.

1.1.3 Dessa forma, em caso de divergência entre a descrição do item constante no CATMAT e as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência, prevalecerão as disposições estabelecidas neste documento, devendo os licitantes observar integralmente as características, requisitos e condições aqui definidas para a correta formulação de suas propostas.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados da **Ata de Registro de Preços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. *Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, com fundamento no art. 84 da mesma Lei e no art. 20 do Decreto nº 48.843/2023.*

1.5. Os quantitativos referentes ao Item 1- Saco material: polietileno transparente esterilizado para coleta de amostras de água, capacidade: cerca de 100, tipo: para amostra, esterilidade: estéril, acessórios: com tiosulfato de sódio, foram dimensionados para atender às demandas dos estados do Ceará e Piauí pelo período de **2 (dois) anos**. **Ressalta-se que, em consonância com o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, está prevista a possibilidade de renovação da ata por mais 1 (um) ano, com a devida utilização do saldo remanescente para o item acima mencionado.**

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [00394544000185-0-000065/2026](#);

II) Data de publicação no PNCP: 20/02/2025;

III) Id do item no PCA: *Conforme tabela abaixo*;

VI) Classe/Grupo: *Conforme tabela abaixo*;

V) Identificador da Futura Contratação: *Conforme tabela abaixo*;

ITEM	(III) ID DO ITEM NO PCA	(VI) CLASSE/ GRUPO	(V) IDENTIFICADOR DA FUTURA CONTRATAÇÃO
1	1487	6640	257033-112/2026
2	1480	6505	257033-112/2026
3	1496	9390	257033-112/2026
4	1500	6640	257033-112/2026
5	1501	6640	257033-112/2026
6	1499	6135	257033-112/2026

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

*4.1.1. A empresa deverá diante viabilidade, adotar critérios e práticas de sustentabilidade na licitação, de acordo com os termos do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, seguindo as diretrizes de sustentabilidade, como:*

*I – Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Nova redação Decreto nº9.178/2017);*

*II – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;*

*III – Que os bens sejam preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, como menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;*

*IV- Que sejam considerados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.*

*4.1.2. Pilhas e baterias - Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA n º 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n º 08, de 03/09/2012.*



4.1.3. Os itens considerados como produtos químicos, devem possuir suas respectivas Fichas de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), fornecendo informações quanto à segurança, saúde, proteção e ao meio ambiente. Em conformidade com a Norma Técnica NBR-14725.

4.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

## 4.2. Requisitos mínimos da contratação

4.2.1. Os insumos objeto da presente contratação deverão atender, no mínimo, às especificações técnicas descritas a seguir:

4.2.1.1. - **Bolsa/Saco estéril para coleta de água em polietileno de alta transparência**: Saco estéril, “stand up” (fica em pé), com lacre de fechamento e comprimido não tóxico de Tiosulfato de sódio para neutralizar o cloro presente na amostra com certificado de esterilidade emitido a cada lote. Capacidade mínima 100 mL, embalagem com, no mínimo 100 unidades. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

4.2.1.2. **Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70°gl ou 70 °INPM** - Apresentação: Líquido. Embalagem de 1 litro. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

4.2.1.3. **Caixa Térmica** - Material: Polipropileno, Capacidade: 18 L, Características Adicionais: Acoplada, Retangular, Fecho e Alça, Cantos Arredondados, Aplicação: Transporte Medicamentos - utilizada para o acondicionamento e transporte de amostras. Características técnicas: Polipropileno e polietileno. Corpo externo e interno de plástico resistente; Tampa de plástico resistente **com termômetro acoplado**; Capacidade: 18,0 L; Alça retrátil. Características adicionais: modelo compacto; tampa escanoteável.

4.2.1.4. **Pipeta Tipo: Pasteur** - Capacidade: 5 mL, Material: Plástico, Tipo Uso: Descartável

4.2.1.5. **Pipeta Tipo: Pasteur** - Capacidade: 10 mL, Material: Plástico, Tipo Uso: Descartável.

4.2.1.6. **Bateria Não Recarregável** - Tipo: Button Cell, Aplicação: Calculadora Hp-12c , Características Adicionais: Seca / Referência Lr-44 , Sistema Eletroquímico: Alcalina , Tensão Nominal: 1,5, **pacote com 10 unidades.**

### 4.2.2. Requisitos Gerais:

I – Todos os bens devem atender às normas da ABNT para controle de qualidade de produtos químicos, bem como às especificações técnicas previstas na portaria vigente sobre qualidade da água.

II – Os insumos devem estar em conformidade com metodologias e normas estabelecidas pela portaria vigente, incluindo: OMS – Organização Mundial da Saúde; Normas da ISO – Internacional Standardization Organization; Normas da USEPA – United States Environmental Protection Agency; Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, das seguintes instituições: WEF (Water Environment Federation) e APHA (American Public Health Association).

### 4.2.3. Comprovação técnica

4.2.3.1. A comprovação do atendimento às especificações e requisitos técnicos poderá ser feita mediante apresentação de catálogo técnico, ficha descritiva ou certificado emitido pelo fabricante, contendo informações suficientes para atestar que o bem fornecido cumpre as exigências do edital.

§1º – Serão aceitos ainda laudos de conformidade, certificações emitidas por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio idôneo de prova que comprove o atendimento às normas técnicas e regulamentações vigentes.

§2º – Os catálogos e fichas técnicas deverão conter, no mínimo: descrição detalhada do produto, composição, normas técnicas atendidas, prazo de validade, instruções de armazenamento e descarte, bem como, quando aplicável, certificações de rastreabilidade (ex.: NIST), laudos físico-químicos, certificados de esterilidade ou fichas de segurança (FISPQ).

4.2.4. A Contratada deve ainda cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e:

I - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

II - Os objetos devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, para os casos em que exige tal condição;

III - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

V - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### **~~Indicação de marcas ou modelos~~**

~~4.3. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...).~~

#### **~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~**

~~4.4. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.4.1. [...]~~

~~4.4.2. [...]~~

#### **~~Da exigência de amostra~~**

~~4.5. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.6. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.6.1. [...];~~

~~4.6.2. [...]; e~~

~~4.6.3. [...].~~

~~4.7. As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço], no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.8. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.10.1. Itens (...): .....;~~

~~4.10.2. Itens (...): .....;~~

~~4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.15. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.[A4]~~

### **Da exigência de carta de solidariedade**

~~4.16. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

### **Subcontratação**

4.17. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

~~4.18. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.18.1. [...];~~

~~4.18.2. [...]; e~~

~~4.18.3. [...].~~

~~4.19. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

~~4.19.1. [...];~~

~~4.19.2. [...]; e~~

~~4.19.3. [...].~~

~~4.20. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.21. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.22. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.23. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

### **Garantia da contratação**

4.24. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

~~4.26. Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.26.1. A apólice de seguro garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

~~4.26.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~

~~4.26.3. A apólice de seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

~~4.26.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.~~

~~4.26.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.~~

~~4.27. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.~~

~~4.28. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.~~

~~4.29. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.~~

~~4.30. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.~~

~~4.30.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).~~

~~4.31. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:~~

~~4.31.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e~~

~~4.31.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.~~

~~4.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.~~

~~4.33. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

~~4.34. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A12].~~

~~4.35. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~

~~4.35.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~

~~4.35.2. Caso se trate da modalidade seguro garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~4.36. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.~~

~~4.36.1. A extinção da garantia na modalidade seguro garantia observará a regulamentação da Susep.~~

~~4.36.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.~~

~~4.37. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~4.38. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.~~

~~4.39. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.~~

~~4.40. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.~~

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

~~4.41. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.~~

~~4.41.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.~~

~~4.41.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

~~4.41.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.~~

#### **Margem de Preferência:**

~~4.42. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência ..... [normal] OU [adicional] de ..... %, prevista no Decreto n.º ....., conforme disposto na Resolução n.º ..... da Comissão~~

~~Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável — CIGS, por[A14] — se tratar de ..... [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens **referentes aos itens da tabela constante no item 1 deste Termo de Referência: 3, 4, 5 e 6** é de **30 (trinta) dias**, contados do **envio da Nota de Empenho**, em remessa única.

5.2. O prazo de entrega dos bens **referentes aos itens da tabela constante no item 1 deste Termo de Referência: 1 e 2** é de **30 (trinta) dias**, contados do **envio da Nota de Empenho**, em remessa **parcelada**.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Sede do Distrito Sanitário Especial Indígena Ceará– DSEI /CE, Av. Pontes Vieira, 832- São João do Tauape, Fortaleza/ Ceará, CEP: 60130-240. Fone (85) 4008-3767. No horário das 08:00 as 12:00 e de 13:00 as 17:00 horas.**

~~5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a ..... (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

~~5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.~~

~~5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.~~

~~5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.~~

~~5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.~~

~~5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.~~

~~5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.~~

~~5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.~~

~~5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.~~

~~5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.~~

~~5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.~~

~~5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.~~

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

*6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



## Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~— 6.15.1. [...];~~

~~— 6.15.2. [...]; e~~

~~— 6.15.3. [...].~~

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **05%** (**cinco** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15** (**quinze**) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5%** (**cinco décimos** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15%** (**quinze** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15%** (**quinze** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15%** (**quinze** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15%** (**quinze** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação ~~[, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.]~~

~~— 7.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];~~

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **7 (sete)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **~~Antecipação de pagamento~~**

~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico:~~

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~8.29.1. R\$. .... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~8.29.2. (...)~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

### **~~Cessão de Crédito~~**

~~8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.~~

~~8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.~~

~~8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,~~

~~conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.~~

~~8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.~~

~~8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.~~

~~8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.~~

## Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **02/06/2026**.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[ , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO** ~~OU [CONCORRÊNCIA]~~, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** ~~OU [MAIOR DESCONTO] OU [TÉCNICA E PREÇO]~~.

### Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

### Critérios de aceitabilidade de preços



9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....~~

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de **10%** do *valor total estimado da contratação*.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

~~9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente .....(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;~~

~~9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

~~9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.~~

~~9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~— 9.34.1.1. [...];~~

~~— 9.34.1.2. [...]; e~~

~~— 9.34.1.3. [...].~~

~~9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A18]~~

~~9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A19]~~

~~9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.~~

~~9.35. Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....~~

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 44.197,3067 (quarenta e quatro mil e cento e noventa e sete reais e três mil e sessenta e sete décimos de milésimos de real)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

~~10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.----~~

10.3.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 257033 Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234651;

IV) Elemento de despesa: 339030; 8

V) Plano interno: [...].

~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

~~OU~~

~~11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.~~

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas ~~[exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].~~

~~[Local], [dia] de [mês] de [ano].~~

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

**(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização** ~~OU [constante deste Anexo]~~, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital** ~~OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica~~, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

*2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

~~2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

**OU**

~~2.8. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ..... (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].~~

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

**3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, **e da relação da rede de assistência técnica autorizada;**

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- ~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~
- ~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~
- ~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~
- ~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.~~
- ~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.~~
- ~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~
- ~~4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~
- ~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~
- ~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~
- ~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **OU**

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~5.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.~~

~~5.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~5.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.~~

## **OU**

~~5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.~~

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em **Fortaleza**, Seção Judiciária de **Ceará** para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* ~~*OU Aviso de Contratação Direta*~~, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o ~~*Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica*~~ nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCOS ANTONIO DE LIMA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 12:05:38.*

**LUCAS GUERRA CARVALHO DE ALMEIDA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 15:17:05.*

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - CEARA

Estudo Técnico Preliminar 48/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25044.000513/2025-00

2. Descrição da necessidade

- 2.1. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) está organizado no Ceará e é responsável pelas ações de saúde, saneamento e abastecimento de água nas aldeias do referido estado, através do Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará (DSEI-CE), contando com uma extensão territorial de 148.866 km² e sede no município de Fortaleza-Ceará. Está organizado em 10 (dez) Polos Base, 1 (uma) Casai (Casa de Saúde Indígena) e abrange um total de 14 (quatorze) etnias indígenas. Contempla 17 (dezesete) municípios, todos no território do estado. São eles: Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Boa Viagem, Caucaia, Crateús, Canindé, Itapipoca, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito, Tamboril, com responsabilidade sanitária na Atenção Primária aos territórios indígenas.
- 2.2. No âmbito da saúde indígena, compete ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará (DSEI/CE) elaborar planos de monitoramento da qualidade da água em áreas indígenas e desenvolver ações sistemáticas para garantir o fornecimento de água dentro dos padrões de potabilidade. Isso inclui a realização de coletas e análises físico-químicas e bacteriológicas. Também é de responsabilidade do DSEI/CE treinar e supervisionar os Agentes Indígenas de Saneamento (AISANs), os quais assumem a responsabilidade pela operacionalização, cloração e desinfecção dos referidos Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs). Esse conjunto de ações objetivam assim, contribuir em relação à prevenção de doenças e a promoção da saúde dos povos indígenas.
- 2.3. A qualidade da água, quando comprometida do ponto de vista químico e microbiológico, pode ser um veículo de transmissão de doenças, contribuindo para a alta incidência de infecções intestinais e para os índices de mortalidade infantil. Além disso, a água contaminada pode conter substâncias tóxicas cumulativas, como metais pesados e agentes cancerígenos. Por isso, a aquisição de insumos para monitoramento da qualidade da água é fundamental, pois orienta decisões sobre a cloração e desinfecção dos sistemas de abastecimento.
- 2.4. A aquisição de insumos visa atender ao Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Indígena (MQAI) e à Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, cujo Anexo XX foi alterado pela Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- 2.5. É nesse contexto que as práticas de monitoramento da qualidade da água assumem um caráter de extrema importância para a saúde das populações indígenas. A combinação do estudo da melhor localização da captação para a implantação do sistema de abastecimento de água, posterior tratamento e a execução sistemática das atividades de monitoramento da qualidade consiste na estratégia mais efetiva para a garantia da oferta de água com qualidade adequada.
- 2.6. Para tal, o DSEI/CE constrói anualmente o Plano de Monitoramento da Qualidade da Água Indígena –PMQAI e executa as atividades seguindo as normativas estabelecidas pela portaria nº 888/2021 do Ministério da saúde e considerando as orientações estabelecidas pelo Departamento de Determinantes Ambientais de Saúde Indígena- DEAMB. No PMQAI são definidos quais parâmetros serão monitorados, o quantitativo de análises necessário para cada SAC, considerando a captação e a rede de distribuição até as residências, os custos das atividades em campo e o quantitativo de insumos que serão utilizados no desenvolvimento do MQAI durante o ano.
- 2.7. Por conseguinte, a aquisição dos referidos insumos ocasiona ao distrito a possibilidade de cumprir as metas pactuadas no PMQAI, como também no Plano distrital 2024-2027, respeitando os princípios do SUS e as normas de Ministério da saúde. E, principalmente prestando assistência aos povos indígenas de Pernambuco através da prestação da assistência e promoção a saúde.
- 2.8. Nesse contexto, torna-se fundamental apresentar a organização territorial do DSEI/CE no que se refere às ações de abastecimento de água. A seguir, são listadas as aldeias contempladas, sua respectiva população atendida e as alternativas de fornecimento de água utilizadas em cada localidade. Essas informações permitem compreender a diversidade de realidades existentes no território, bem como evidenciam os desafios operacionais e logísticos envolvidos na execução do PMQAI.

Aldeias, população atendida e alternativas de abastecimento de água.

ID	Polo Base	Município	Aldeia	Tipo de Sistema	Identificação do sistema/solução	População atendida pelo sistema/
----	-----------	-----------	--------	-----------------	----------------------------------	----------------------------------

				/Solução		solução (nº hab.)
1	AQUIRAZ	AQUIRAZ	LAGOA ENCANTADA	SAA	SAA Encantada I	333
2	ARATUBA	ARATUBA	BALANÇA	SAA	SAA Fernandes	168
3	ARATUBA	ARATUBA	FERNANDES	SAA	SAA Fernandes	640
4	ARATUBA	CANINDÉ	GAMELEIRA	SAA	SAA Gameleira	70
5	ANACÉ	CAUCAIA	RESERVA TABA DOS ANACÉ	SAA	SAA Taba	447
6	ANACÉ	CAUCAIA	JAPUARA	SAA	Concessionária	863
7	ANACÉ	CAUCAIA	SANTA ROSA	SAA	Concessionária	610
8	CAUCAIA	CAUCAIA	TRILHO	SAC	Chafariz Trilho/Concessionária	1534
9	CAUCAIA	CAUCAIA	CAMPO GRANDE	SAA	Concessionária	120
10	CAUCAIA	CAUCAIA	CAPOEIRA	SAA	Concessionária	983
11	CAUCAIA	CAUCAIA	JANDAIGUABA	SAA	Concessionária	1359
12	CAUCAIA	CAUCAIA	JARDIM DO AMOR	SAA	Concessionária	640
13	CAUCAIA	CAUCAIA	LAGOA DOS TAPEBAS	SAA	Concessionária	1913
14	CAUCAIA	CAUCAIA	LAMEIRÃO- CAUCAIA	SAA	Concessionária	172
15	CAUCAIA	CAUCAIA	PONTE	SAA	Concessionária	341
16	CAUCAIA	CAUCAIA	SOBRADINHO	SAA	Concessionária	99
17	CAUCAIA	CAUCAIA	VILA NOVA- CAUCAIA	SAA	Concessionária	190
18	CAUCAIA	CAUCAIA	CIPÓ	SAC	Outros	71
19	CAUCAIA	CAUCAIA	CARNAUBAL	SAA+SAC	Concessionária/Outros	27
20	CAUCAIA	CAUCAIA	COITÉ	SAA	SAA Coité	217
21	CAUCAIA	CAUCAIA	LAGOA DAS BESTAS	SAA	SAA Lagoa das Bestas	92
22	CAUCAIA	CAUCAIA	LAGOA DOS TAPEBAS I	SAC	Chafariz Lagoa I	236
23	CRATEÚS	CRATEÚS	NAZÁRIO	SAA	SAA Nazário	54
24	CRATEÚS	CRATEÚS	ALTAMIRA	SAA	Concessionária	151
25	CRATEÚS	CRATEÚS	MARATOAN	SAA	Concessionária	309
26	CRATEÚS	CRATEÚS	NOVA TERRA	SAA	Concessionária	255
27	CRATEÚS	CRATEÚS	SÃO JOSÉ	SAA	Concessionária	258
28	CRATEÚS	CRATEÚS	TERRA PROMETIDA	SAA	Concessionária	177
29	CRATEÚS	CRATEÚS	VILA VITÓRIA	SAA	Concessionária	308
30	CRATEÚS	CRATEÚS	DOMINGOS PEREIRO	SAA+SAC	SISAR+SAC	79
31	CRATEÚS	CRATEÚS	REALEJO	SAA	SISAR	76
32	CRATEÚS	NOVO ORIENTE	AÇUDE DOS CARVALHOS	SAA	SAA Carvalhos	100
33	CRATEÚS	NOVO ORIENTE	LAGOINHA	SAA	SAA Lagoinha	218
34	CRATEÚS	QUITERIANÓPOLIS	CROATÁ	SAA	SAA Croatá	60
35	CRATEÚS	QUITERIANÓPOLIS	FIDELIS	SAA	SAA Fidelis	184
36	CRATEÚS	QUITERIANÓPOLIS	VILA NOVA QUITERIANÓPOLIS	SAA	SAA Vila Nova	142
37	ITAREMA	ACARAU	QUEIMADAS	SAA	SAA Queimadas	251
38	ITAREMA	ACARAU	TELHAS	SAA	SAA Telhas	141
39	ITAREMA	ITAPIPOCA	BURITI DO MEIO	SAA	SAA Buriti	164
40	ITAREMA	ITAPIPOCA	BURITI DE BAIXO	SAA	SAA Buriti	117
41	ITAREMA	ITAPIPOCA	SÃO JOSÉ ITAPIPOCA	SAA	SAA SJ Itapipoca	114
42	ITAREMA	ITAPIPOCA	MUNGUBA	SAA	SAA SJ Itapipoca	127
43	ITAREMA	ITAREMA	BATEDEIRA	SAA	SAA Batedeira I	176
44	ITAREMA	ITAREMA	BATEDEIRA II	SAA	SAA Batedeira II	307
45	ITAREMA	ITAREMA	CAJAZEIRAS	SAA	SAA Cajazeiras	32

46	ITAREMA	ITAREMA	CAPIMAÇÚ	SAA	SAA Capim-Açu	94
47	ITAREMA	ITAREMA	COMONDONGO	SAC	Chafariz Comondongo	83
48	ITAREMA	ITAREMA	CURRAL DO PEIXE	SAA	SAA Curral do Peixe	67
49	ITAREMA	ITAREMA	LAMEIRÃO- ITAREMA	SAA	SAA Curral do Peixe	85
50	ITAREMA	ITAREMA	SAQUINHO	SAA	SAA Curral do Peixe	114
51	ITAREMA	ITAREMA	MANGUE ALTO	SAA	SAA Mangue Alto	86
52	ITAREMA	ITAREMA	PANAN	SAA	SAA Mangue Alto	81
53	ITAREMA	ITAREMA	PRAIA DE ALMOFALA	SAA	SAA Mangue Alto	168
54	ITAREMA	ITAREMA	PASSAGEM RASA	SAA	SAA Passagem Rasa	84
55	ITAREMA	ITAREMA	SÃO JOSÉ ITAREMA	SAA	SAA SJ Itarema	299
56	ITAREMA	ITAREMA	TAPERA	SAA	SAA Tapera	426
57	ITAREMA	ITAREMA	URUBU	SAA	SAA Urubu	237
58	ITAREMA	ITAREMA	VARJOTA	SAA	SAA Varjota	711
59	MARACANAÚ	MARACANAU	ALDEIA CENTRAL	SAA	SISAR	601
60	MARACANAÚ	MARACANAU	ALDEIA NOVA	SAA	SISAR	253
61	MARACANAÚ	MARACANAU	SANTO ANTÔNIO	SAA	SISAR	216
62	MARACANAÚ	PACATUBA	MONGUBA	SAA	Chafariz Monguba	619
63	MONSENHOR TABOSA	BOA VIAGEM	ARARA DOS FRANCOS	SAA	SAA Francos	48
64	MONSENHOR TABOSA	BOA VIAGEM	ARARA DOS MARIANOS	SAA	SAA Marianos	56
65	MONSENHOR TABOSA	BOA VIAGEM	GAMELEIRA BOA VIAGEM	SAA	SAA Gameleira BV	63
66	MONSENHOR TABOSA	BOA VIAGEM	LONGAR	SAA	SAA Longar	200
67	MONSENHOR TABOSA	BOA VIAGEM	PITOMBEIRA DOS BENEDITOS	SAA	SAA Beneditos	28
68	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	BELMONTE	SAA	SISAR	84
69	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	CHUPADOR	SAA	SAA Chupador	39
70	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	ESPÍRITO SANTO	SAA	SAA Espírito Santo	155
71	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	GROTA VERDE	SAA	Prefeitura Municipal	205
72	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	JACINTO	SAA	SAA Jacinto I e Jacinto II	136
73	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	JUCÁS	SAA	Concessionária	372
74	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	LAGOA DOS SANTOS	SAA	SISAR	173
75	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	MARRUÁ	SAA	Concessionária	170
76	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	MEREJO	SAA	SAA Merejo	25
77	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	MUNDO NOVO	SAA	SAA Mundo Novo	91
78	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	OLHO DAGUINHA	SAA	SAA UBSI	163
79	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	PASSAGEM	SAA	SAA Passagem	123
80	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	PAU FERRO	SAA	Outros	39
81	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	PITOMBEIRA	SAA	SISAR	367
82	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	QUEIMADA	SAC	Outros	39
83	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	RAJADO	SAA	SAA Rajado	150
84	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	TOURÃO	SAA	SAA Tourão	69
85	MONSENHOR TABOSA	MONSENHOR TABOSA	VÁRZEA	SAA	SAA Várzea	146
86	MONSENHOR TABOSA	TAMBORIL	VIRAÇÃO	SAA	SAA Viração	94
87	PORANGA	PORANGA	CAJUEIRO	SAA	SAA Cajueiro	63
88	PORANGA	PORANGA	UMBURANA	SAC	Concessionária/Chafariz Umburana	993
89	SÃO BENEDITO	SÃO BENEDITO	GAMELEIRA	SAA	SISAR	1076

2.9. Dessa maneira, o SESANI/CE definiu o quantitativo seguindo o planejamento de monitoramento anual visando atender: os 54 sistemas de abastecimento geridos pelo DSEI/CE, os que estão previstos para construção, monitoramento em aldeias com infraestrutura de abastecimento de água geridas por Concessionárias ou SISAR, as demandas advindas do abastecimento por carro pipa e o papel de vigilância da qualidade da água nas 109 aldeias de abrangência do Distrito. Além de considerar, ainda, a atuação em casos de surto ou evento inusitado em saúde pública ocasionado por razões

ambientais ou epidemiológicos. Com isso, a aquisição desses insumos darão continuidade nas ações de monitoramento da qualidade da água em aldeias indígenas- MQAI, garantindo maior confiabilidade nos dados de controle da qualidade da água para consumo humano e diminuindo a incidência de doenças de veiculação hídrica e demais agravos correlacionados.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena	Marcos Antônio da Lima

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Requisitos mínimos da contratação

4.1.1. Os insumos objeto da presente contratação deverão atender, no mínimo, às especificações técnicas descritas a seguir

Item 1 - **Reagente para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo para Automação , Tipo de Análise: Qualitativo/ Quantitativo de E. Coli e Colif. Totais, Método: Onpg e Mug, Apresentação: Teste** - Meio específico baseado na Tecnologia de Substrato Definido (DST®- Defined Substrate Technology®) - Detecta e quantifica simultaneamente Coliformes Totais e Escherichia Coli em 24 horas, através de dois substratos nutriente indicadores específicos, ONPG/MUG. Resultados sem a necessidade de adição de outros reagentes para confirmação. Utilização: Para análise de amostras de água natural, tratada ou bruta. Resultado: Desenvolvimento de coloração amarela para Coliformes Totais e fluorescência para *E. coli*. Tempo de incubação: de 24 horas. Embalagem individual com quantidade suficiente para 100 mL de amostra. Caixa com 200 unid. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 2 - **Saco Material: Polietileno Transparente, Capacidade: 120 ML, Aplicação: Coleta de Amostras de Água, Características Adicionais 1: Esterilizado, com Tarja de Identificação** - Bolsa para coleta de água em polietileno de alta transparência - Esterilizada, com óxido de etileno, com lacre de fechamento, com certificado de esterilidade emitido a cada lote. Capacidade mínima 120 mL. Pacote com, no mínimo, 100 unidades. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 3 - **Etiqueta Adesiva Material:** Papel, Cor: Branca, Largura: 200 mm, Comprimento: 288,50 mm, Aplicação: Impressoras Laser e Copiadoras - caixa com 100 folhas

Item 4 - **Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70°gl ou 70 °INPM** - Apresentação: líquido. Embalagem de 1 litro. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 5 - **Solução tampão pH 4,00** - Frasco mínimo de 250 mL. Pronta para uso. pH determinado em várias temperaturas. Elevada estabilidade microbiológica devido a adição de microbiocida. Solução com certificado de rastreabilidade NIST. Data de fabricação e validade no rótulo e no certificado. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 6 - **Solução tampão pH 7,00** - Frasco mínimo de 250 mL. Pronta para uso. pH determinado em várias temperaturas. Elevada estabilidade microbiológica devido a adição de microbiocida. Solução com certificado de rastreabilidade NIST. Data de fabricação e validade no rótulo e no certificado. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 7 - **Solução tampão pH 10,00** - Frasco mínimo de 250 mL. Pronta para uso. pH determinado em várias temperaturas. Elevada estabilidade microbiológica devido a adição de microbiocida. Solução com certificado de rastreabilidade NIST. Data de fabricação e validade no rótulo e no certificado. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 8 - **Bolsa para coleta de água em polietileno de alta transparência** - Esterilizada, com óxido de etileno, “stand up” (fica em pé), com lacre de fechamento e comprimido não tóxico de Tiosulfato de sódio para neutralizar o cloro presente na amostra com certificado de esterilidade emitido a cada lote. Capacidade mínima 100 mL, embalagem com, no mínimo 100 unidades. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 9 - **Reagente Analítico 4 Tipo: para Estoque de Eletrodos, Componentes: Solução Eletrolítica** - Solução de estocagem para eletrodo de pH - Frasco de 500 mL. Deve acompanhar certificado do reagente. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 10 - **Máscara Descartável Uso Geral** - Material: Fibra de Poliéster , Tipo Fixação: Tira Elástica , Características Adicionais: Grampo Ajuste Nasal em Alumínio - caixa com 50 unidades.

Item 11 - **Bateria Não Recarregável Tipo: Alcalina , Aplicação: Multímetro e Testador de Cabo , Voltagem: 9** - Tensão nominal: 9V. Sistema eletroquímico: Alcalina. Formato: Retangular.

Item 12 - **Solução Padrão Tipo: De Cor , Concentração: 10 PPM, Característica Adicional: Pt-Co** - Para análises de cor em análises de amostras de água para consumo humano. Embalagem: 250mL no mínimo. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 13 - **Reagente Analítico 2 Reagente: Conjunto de Reagentes Aplicação: Quantitativo de Cloro Livre em Água, Características Adicionais: Colorimétrico, Concentração: Faixa De Análise 0,010 a 6,00 mg/L - Reagente para determinação de Cloro Livre (Cl )** - DPD em pó embalado em sachês de alumínio individuais vedados com quantidade de reagente suficiente para amostras de 10mL. Análise na faixa de 0,02-2,00 mg/L. Reagente padronizado, pronto para uso. Rápida dissolução e não gera turbidez. Embalagem com 100 testes. Aparência: pó branco ou rosa claro, inodoro. Solúvel em água e ácido. pH de uma solução 1% = 6,35 à 25°C. Ponto de Fusão: Decompõe-se à 110°C. Pode ser usado em análise de dióxido de cloro na faixa de 0,04 a 5,00mg/L. Prazo de validade de 5 anos contados da data de fabricação e no mínimo 3 anos de validade no momento da entrega.

Item 14 - **Caneta Permanente** - Material Corpo: Plástico, Material Ponta: Plástico, Formato: Cilíndrico, Tipo Escrita: Fina , Cor Tinta: Preta , Aplicação: Identificação Em Plásticos De Laboratório, Características Adicionais: Tinta Permanente E Resistente a Autoclave, Água, Ál -

Item 15 - **Caixa Térmica Material: Polipropileno, Capacidade: 18 L, Características Adicionais: Acoplada, Retangular, Fecho e Alça, Cantos Arredondados, Aplicação: Transporte Medicamentos** - utilizada para o acondicionamento e transporte de amostras. Características técnicas: Polipropileno e polietileno. Corpo externo e interno de plástico resistente; Tampa de plástico resistente c/ termômetro acoplado; Capacidade: 18,0 L; Alça retrátil. Características adicionais: modelo compacto; tampa escanoteável.

Item 16 - **Erlenmeyer** - Material: Vidro , Graduação: Graduado, Volume: 100 mL, Tipo Boca: Boca Estreita , Acessórios: Tampa Rosqueável Com Vedação.

Item 17 - **Pipeta Tipo: Pasteur** - Capacidade: 5 mL, Material: Plástico, Tipo Uso: Descartável

Item 18 - **Pipeta Tipo: Pasteur** - Capacidade: 10 mL, Material: Plástico, Tipo Uso: Descartável.

Item 19 - **Pipeta Tipo: Pasteur** - Capacidade: 3 mL, Material: Plástico, Tipo Uso: Descartável.

Item 20 - **Pilha Tamanho: Pequena** - Tipo: Alcalina , Modelo: Aaa.

Item 21 - **Pilha Tamanho: Pequena** - Tipo: Alcalina , Modelo: Aa.

Item 22 - **Frasco - Tipo Almotolia** - Material: Em Polietileno (Plástico), Tipo Bico: Bico Curvo, Ângulo de 90° Parte Medial, c/ Protetor, Tipo Tampa: Tampa em Rosca, Cor: Transparente, Capacidade: 500 mL.

Item 23 - **Caixa Térmica Material: Polipropileno, Capacidade: 5 L, Características Adicionais: Alças Laterais Embutidas, Alça de Mão Articulável, Aplicação: Transporte de Alimentos Refrigerados /Congelados** - utilizada para o acondicionamento e transporte de amostras. Características técnicas: Polipropileno e polietileno. Corpo externo e interno de plástico resistente; Tampa de plástico resistente c/ termômetro acoplado; Capacidade: 18,0 L; Alça retrátil. Características adicionais: modelo compacto; tampa escanoteável.

Item 24 - **Solução Padrão Tipo: Formazina**, Concentração: 10 Ntu. Para análises de turbidez em amostras de água para consumo humano. Embalagem: 250mL no mínimo. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 25 - **Solução Padrão Tipo: Formazina**, Concentração: 20 Ntu. Para análises de turbidez em amostras de água para consumo humano. Embalagem: 250mL no mínimo. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 26 - **Solução Padrão Tipo: Formazina**, Concentração: 100 Ntu. Para análises de turbidez em amostras de água para consumo humano. Embalagem: 250mL no mínimo. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 27 - **Espátula Laboratório** - Material: Aço Inox , Formato: Chata com colher , Comprimento: cerca de 15 cm.

Item 28 - **Solução Padrão Tipo: De Cor**, Concentração: 250 ppm, Característica Adicional: Pt-Co. Para análises de cor em análises de amostras de água para consumo humano. Embalagem: 250mL no mínimo. Validade mínima do produto: 12 meses da data de entrega.

Item 29 - **Bateria Não Recarregável** - Tipo: Button Cell, Aplicação: Calculadora Hp-12c , Características Adicionais: Seca / Referência Lr-44 , Sistema Eletroquímico: Alcalina , Tensão Nominal: 1,5.

#### 4.1.2. Requisitos Gerais:

I – Todos os bens devem atender às normas da ABNT para controle de qualidade de produtos químicos, bem como às especificações técnicas previstas na portaria vigente sobre qualidade da água.

II – Os insumos devem estar em conformidade com metodologias e normas estabelecidas pela portaria vigente, incluindo: OMS – Organização Mundial da Saúde; Normas da ISO – Internacional Standartization Organization; Normas da USEPA – United States Environmental Protection Agency; Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, das seguintes instituições: WEF (Water Envrioment Federation) e APHA (American Public Health Association).

#### 4.1.2.1. Comprovação técnica

A comprovação do atendimento às especificações e requisitos técnicos poderá ser feita mediante **apresentação de catálogo técnico, ficha descritiva ou certificado emitido pelo fabricante**, contendo informações suficientes para atestar que o bem fornecido cumpre as exigências do edital.

§1º – Serão aceitos ainda laudos de conformidade, certificações emitidas por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio idôneo de prova que comprove o atendimento às normas técnicas e regulamentações vigentes.

§2º – Os catálogos e fichas técnicas deverão conter, no mínimo: descrição detalhada do produto, composição, normas técnicas atendidas, prazo de validade, instruções de armazenamento e descarte, bem como, quando aplicável, certificações de rastreabilidade (ex.: NIST), laudos físico-químicos, certificados de esterilidade ou fichas de segurança (FISPQ).

4.1.3. A Contratada deve ainda cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e:

- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- Os objetos devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, para os casos em que exige tal condição;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2. Critérios de sustentabilidade:

4.2.1. A empresa deverá diante viabilidade, adotar critérios e práticas de sustentabilidade na licitação, de acordo com os termos do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, seguindo as diretrizes de sustentabilidade, como:

- I – Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Nova redação Decreto nº9.178/2017);
- II – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- III – Que os bens sejam preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, como menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- IV- Que sejam considerados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

4.2.2. **Pilhas e baterias** - Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA n ° 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n ° 08, de 03/09/2012.

4.2.3. Os itens considerados como produtos químicos, devem possuir suas respectivas Fichas de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), fornecendo informações quanto à segurança, saúde, proteção e ao meio ambiente. Em conformidade com a Norma Técnica NBR-14725.

4.2.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.



## 5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, justificativa técnica econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

5.2. Após a verificação dos objetos demandados e dos requisitos da contratação, a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado e identificou os seguintes aspectos:

5.2.1. Os objetos demandados apresentam contratações similares já realizadas por outros órgãos e entidades públicas, não se tratando, portanto, de demanda exclusiva ou incomum no mercado;

5.2.2. Foram analisadas contratações semelhantes por meio da consulta a editais de diferentes órgãos e entidades, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração;

5.2.3. A aquisição dos materiais objeto deste Estudo Técnico Preliminar configura-se, no cenário atual, como prática frequente entre órgãos públicos de todas as esferas;

5.2.4. Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento;

5.2.5. Considerando as soluções disponíveis, constatou-se que a realização de contratação específica mostra-se mais vantajosa para o órgão, tanto sob o aspecto econômico quanto sob o de gerenciamento;

5.2.6. A solução escolhida tem como objetivo assegurar o princípio da economicidade, optando-se pela contratação junto a fornecedores especializados.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Visando atender a Portaria MS nº 2.914 de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, os equipamentos e insumos do monitoramento da qualidade da água devem atender as metodologias analíticas previstas pelas normas nacionais e internacionais recentes, tais como: Satandard Metods; United States Environmental Protection Agency (USEPA); normas publicadas pela Internacional Standartization Organization (ISO); e metodologias propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

6.2. Visando atender a Portaria GM/MS nº 254 de 31 de janeiro de 2002, que aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e declara no Item 4.8: Promoção de ambientes saudáveis e proteção à saúde indígena – O equilíbrio das condições ambientais nas terras indígenas é um fator de crescente importância para a garantia de uma atenção integral à saúde dos povos indígenas. As prioridades ambientais para uma política de atenção à saúde dos povos indígenas devem contemplar a preservação das fontes de água limpa, construção de poços ou captação à distância nas comunidades que não dispõe de água potável, a reposição de espécies utilizadas pela medicina tradicional, à construção de esgotamento sanitário, a destinação final dos resíduos sólidos nas comunidades mais populosas e o controle de poluição nas nascentes e cursos d'água situados acima das terras indígenas;

6.3. Visando atender à Portaria GM/MS nº 70 de 20 de janeiro de 2004, a qual aprova as diretrizes da Gestão Nacional de Atenção à Saúde Indígena, que declara em seu Art. 6º, item I – Ao Distrito Sanitário Especial Indígena complete planejar, coordenar e executar as ações integrais de saúde na área de abrangência dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

6.4. Nesse contexto, a atividade de Monitoramento da Qualidade da Água é responsável por realizar análise da potabilidade da qualidade da água consumida pelas populações indígenas, como instrumento de garantia da oferta de água com segurança sanitária, dentro dos padrões mínimos de potabilidade exigidos na Portaria MS nº 888 de maio de 2021, a qual dispõe sobre "os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade.

6.5. Assim, a solução pretendida visa atender e dispor de meios e critérios objetivos que conduzam a resultados confiáveis e adequados para as amostras de água investigadas, visando a qualidade das análises e a confiabilidade dos resultados. Assegurando sua perfeita execução em todo o território de abrangência do DSEI/CE, viabilizando atender aos padrões de potabilidade da água e visando a prevenção e proteção à saúde das comunidades indígenas por meio das ações do Monitoramento da Qualidade da Água – MQAI do DSEI/CE durante o ano vigente.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Tendo em vista que o DSEI/CE possui em seu quadro uma equipe de 68 (sessenta e oito) agentes indígenas de saneamento - AISAN e 04 Técnicos em Química/Farmácia, com atuação em 10 (dez) Polos Base.

7.2. E que, a mão de obra supracitada acompanha e monitora a qualidade da água de 54 (cinquenta e quatro) sistemas de abastecimento - SAA mantidos pelo DSEI-CE ou advindos de outros órgãos porém com fiscalização constante deste Ministério.

7.3. Isto posto, e sabendo-se que para o melhor aproveitamento da força de trabalho deste Distrito é necessário que hajam equipamentos e insumos disponíveis para a execução de suas atividades.

7.4. Desse modo, a Equipe Técnica do SESANI/CE realizou levantamento dos itens e quantidades necessárias para a manutenção da qualidade dos serviços prestados pelos AISAN e corpo técnico em território indígena e constatou-se que a seguinte estimativa de demanda, conforme quadro abaixo .

**Quadro 1-** Estimativa de demanda de insumos por Sistema de Abastecimento de Água Indígena, considerando atividades diárias (Medição de cloro residual livre) e a coleta de amostras mensais para análise dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos.

ID	ALDEIA	IDENTIFICAÇÃO SISTEMA/ SOLUÇÃO	TIPO DE SISTEMA /SOLUÇÃO	DEMANDA MENSAL SACOS FÍSICO-QUÍMICOS (Unidade)	DEMANDA MENSAL SACOS MICROBIOLÓGICOS (Unidade)	DEMANDA MENSAL SUBSTRATO CROMOGÊNICOS (Sachê)	DEMANDA MÉDIA MENSAL DE DPD
1	LAGOA ENCANTADA	SAA Encantada I	SAA	3	3	3	22
2	BALANÇA	SAA Fernandes I	SAA	3	3	3	22
3	FERNANDES	SAA Fernandes II	SAA	4	4	4	22
4	COITÉ	SAA Coité	SAA	3	3	3	22
5	TRILHO	Chafariz Trilho I	SAC	1	1	1	22
6	LAGOA DAS BESTAS	SAA Lagoa das Bestas	SAA	3	3	3	22
7	LAGOA DOS TAPEBAS	Concessionária	SAA	1	1	1	-
8	LAGOA DOS TAPEBAS I	Chafariz Lagoa I	SAC	1	1	1	22
9	RESERVA TABA DOS ANACÉ	SAA Taba	SAA	3	3	3	22
10	JAPUARA	Chafariz UBSI	SAC	1	1	1	22
11	SANTA ROSA	Concessionária	SAA	1	1	1	-
12	NAZÁRIO	SAA Nazário	SAA	3	3	3	22
13	ALTAMIRA	Concessionária	SAA	1	1	1	-
14	MARATOAN	Concessionária	SAA	1	1	1	-
15	NOVA TERRA	Concessionária	SAA	1	1	1	-
16	SÃO JOSÉ	Concessionária	SAA	1	1	1	-
17	TERRA PROMETIDA	Concessionária	SAA	1	1	1	-
18	VILA VITÓRIA	Concessionária	SAA	1	1	1	-
19	DOMINGOS PEREIRO	SISAR	SAA	3	3	3	22
20	REALEJO	SISAR	SAA	3	3	3	22
21	AÇUDE DOS CARVALHOS	SAA Carvalhos	SAA	3	3	3	22
22	LAGOINHA	SAA Lagoinha	SAA	3	3	3	22
23	CROATÁ	SAA Croatá	SAA	3	3	3	22
24	FIDELIS	SAA Fidelis	SAA	3	3	3	22
	VILA NOVA QUITERIANÓPOLIS	SAA Vila Nova	SAA	3	3	3	22

25							
26	QUEIMADAS	SAA Queimadas	SAA	3	3	3	22
27	TELHAS	SAA Telhas	SAA	3	3	3	22
28	BURITI DO MEIO	SAA Buriti	SAA	4	4	4	22
29	SÃO JOSÉ ITAPIPOCA	SAA SJ Itapipoca	SAA	3	3	3	22
30	BATEDEIRA	SAA Batedeira I	SAA	3	3	3	22
31	BATEDEIRA II	SAA Batedeira II	SAA	3	3	3	22
32	CAJAZEIRAS	SAA Cajazeiras	SAA	3	3	3	22
33	CAPIMAÇÚ	SAA Capim-Açu	SAA	3	3	3	22
34	COMONDONGO	Chafariz Comondongo	SAC	3	3	3	22
35	CURRAL DO PEIXE	SAA Curral do Peixe	SAA	3	3	3	22
36	MANGUE ALTO	SAA Mangue Alto	SAA	3	3	3	22
37	PASSAGEM RASA	SAA Passagem Rasa	SAA	3	3	3	22
38	SÃO JOSÉ ITAREMA	SAA SJ Itarema	SAA	3	3	3	22
39	TAPERA	SAA Tapera	SAA	3	3	3	22
40	URUBU	SAA Urubu	SAA	3	3	3	22
41	VARJOTA	SAA Varjota	SAA	3	3	3	22
42	ALDEIA CENTRAL	SISAR	SAA	3	3	3	22
43	ALDEIA NOVA	SISAR	SAA	3	3	3	22
44	SANTO ANTÔNIO	SISAR	SAA	3	3	3	22
45	HORTO	Concessionária	SAA	1	1	1	22
46	OLHO D'ÁGUA	Concessionária	SAA	1	1	1	22
47	MONGUBA	Chafariz Monguba	SAA	3	3	3	22
48	ARARA DOS FRANCOS	SAA Francos	SAA	3	3	3	22
49	ARARA DOS MARIANOS	SAA Marianos	SAA	3	3	3	22
50	GAMELEIRA BOA VIAGEM	SAA Gameleira BV	SAA	3	3	3	22
51	LONGAR	SAA Longar	SAA	3	3	3	22
52	PITOMBEIRA DOS BENEDITOS	SAA Beneditos	SAA	3	3	3	22
53	PITOMBEIRA	SISAR	SAA	3	3	3	22
54	BELMONTE	SISAR	SAA	3	3	3	22
55	CHUPADOR	SAA Chupador	SAA	3	3	3	22
56	ESPÍRITO SANTO	SAA Espírito Santo	SAA	3	3	3	22
57	GROTA VERDE	Outros	SAA	3	3	3	22
58	JACINTO	SAA Jacinto I	SAA	3	3	3	22
59	JACINTO	SAA Jacinto II	SAA	3	3	3	22
60	JUCÁS	Concessionária	SAA	1	1	1	-
61	LAGOA DOS SANTOS	SISAR	SAA	3	3	3	22
62	MARRUÁ	Concessionária	SAA	1	1	1	-
63	MEREJO	SAA Merejo	SAA	3	3	3	22
64	MUNDO NOVO	SAA Mundo Novo	SAA	3	3	3	22
65	OLHO DAGUINHA	SAA UBSI	SAA	1	1	1	22
66	PASSAGEM	SAA Passagem	SAA	3	3	3	22
67	PAU FERRO	Outros	SAA	3	3	3	22
68	QUEIMADA	Outros	SAA	3	3	3	22
69	RAJADO	SAA Rajado	SAA	3	3	3	22
70	TOURÃO	SAA Tourão	SAA	3	3	3	22
71	VÂRZEA	SAA Várzea	SAA	3	3	3	22
72	VIRAÇÃO	SAA Viração	SAA	3	3	3	22
73	CAJUEIRO	SAA Cajueiro	SAA	3	3	3	22
74	UMBURANA	Chafariz Umburana	SAC	1	1	1	22
75	GAMELEIRA SÃO BENEDITO	SAA Gameleira SB	SAA	3	3	3	22

<b>DPD para medição em carro PIPA</b>	-	-	-	130
<b>SOMATÓRIO (mensal)</b>	193	193	193	1.560
<b>SOMATÓRIO (anual)</b>	2.316	2.316	2.316	18.720
<b>TOTAL MENSURADO + 30%</b>	<b>3.010</b>	<b>3.010</b>	<b>3.010</b>	-
<b>TOTAL MENSURADO + 10%</b>	-	-	-	<b>20.592</b>

7.5. A definição das quantidades a serem contratadas foram baseadas na necessidade atual do setor, no atendimento ao programa de Monitoramento da Qualidade da Água em Aldeias Indígenas para consumo humano no DSEI/CE, conforme quadros abaixo:

**Quadro 2-** Memória de cálculo utilizado para aquisição de insumos do MQAI considerando estoque atual, taxa de uso e observações.

<b>Código Item</b>	<b>Código material</b>	<b>Descrição do Item</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade Atual (unidades)</b>	<b>Uso mensal</b>	<b>Uso anual</b>	<b>Unidades em Aquisição</b>	<b>Duração estimada do estoque (meses)</b>	<b>Duração estimada da aquisição (meses)</b>
1	456476	SACOS FÍSICO-QUÍMICOS	UNIDADE	1.136	193	2.316	8.000	6	24
2	444151	FRASCO LABORATÓRIO MICROBIOLÓGICO	UNIDADE	1.100	193	2.316	8.000	6	24
3	343158	CROMÓGENOS ONPG-MUG	UNIDADE	1.100	193	2.316	8.000	6	24
4	381897	DPD MEDIÇÃO CLORO LIVRE	UNIDADE	6.000	1.560	18.720	40.000	6	24
5	234416	SOLUÇÃO TAMPÃO 4	UNIDADE	8	-	8	8	12	12
6	234417	SOLUÇÃO TAMPÃO 7	UNIDADE	7	-	8	8	12	12
7	289050	SOLUÇÃO TAMPÃO 10	UNIDADE	6	-	8	8	12	12
8	444916	SOLUÇÃO ESTOQUE DE ELETRODO	UNIDADE	3	-	4	4	12	12
9	429539	SOLUÇÃO PADRÃO- COR 10PT-CO	UNIDADE	1	-	8	5	12	12
10	428230	SOLUÇÃO COR 250 PT-CO	UNIDADE	2	-	8	5	12	12
11	352320	SOLUÇÃO TURBIDEZ 10NTU	UNIDADE	2	-	8	8	12	12
12	404017	SOLUÇÃO TURBIDEZ 20NTU	UNIDADE	2	-	8	8	12	12
13	404018	SOLUÇÃO TURBIDEZ 100NTU	UNIDADE	2	-	8	8	12	12
14	269941	ÁLCOOL ETÍLICO	UNIDADE	40	3,3	39,6	100	12	12
15	385112	MÁSCARA DESCARTÁVEL	PACOTE	0	-	-	50	-	12
16	237006	BATERIA 9V	UNIDADE	30	4	48	80	8	12
17	231788	PILHA AAA	EMBALAGEM	0	4	48	50	-	12
18	231790	PILHA AA	EMBALAGEM	0	4	48	50	-	12
19	482036	BATERIA LR44	EMBALAGEM	0	2	24	40	-	12

20	420750	ERLENMEYER 100ML	UNIDADE	0	-	-	30	-	-
21	429492	PIPETA 5ML	UNIDADE	0	-	-	100	-	-
22	452500	PIPETA 10 ML	UNIDADE	0	-	-	100	-	-
23	423975	PIPETA 3ML	UNIDADE	0	-	-	100	-	-
24	420830	ESPÁTULA LABORATÓRIO	UNIDADE	0	-	-	20	-	-
25	298238	CAIXA TÉRMICA 18L	UNIDADE	8	-	-	20	Tempo de vida útil indeterminado, já distribuídos para as áreas.	-
26	614542	CAIXA TÉRMICA 5L	UNIDADE	0	-	-	70	-	-
27	279892	FRASCO ALMOTOLIA	UNIDADE	16	-	-	60	Tempo de vida útil indeterminado, em processo de distribuição nas áreas.	-
28	241163	CANETA PERMANENTE	UNIDADE	0	-	-	50	-	12
29	261245	ETIQUETA ADESIVA	CAIXA	0	-	-	10	-	12

7.6. Premissas de cálculo:

#### 7.6.1. Itens 1 e 2 do Quadro 2:

7.6.1.1. 3 (três) unidades de cada item por coleta em SAA e 1 (uma) unidade de cada por Sistema de Abastecimento Simplificado - SAC.

7.6.1.2. 75 (setenta e cinco) sistemas (Saída do tratamento+ meio de rede + final de rede) \* Quantidade de pontos de coleta = 193 (cento e noventa e três unidades).

7.6.1.3. Avaliando para 12 meses do ano: 2.316.

7.6.1.4. Acréscimo de 30% em casos de: perdas, treinamentos, recoletas e ações de vigilância = 3.010.

7.6.1.5. Acréscimo de 30% para as ações no DSEI Piauí = 3.914.

**7.6.1.6. Quantidade arredondada para 1 ano de demanda= 4.000.**

#### 7.6.2. Item 3 do Quadro 2:

7.6.2.1. 1 (um) reagente de substrato cromogênico é adicionado a cada amostra de análise para fins bacteriológicos, portanto, a mesma quantidade dimensionada para o **Item 7.6.1.**, deverá ser considerada para esse item.

7.6.2.2. Conforme o **Quadro 1**, os SAC das aldeias Comondongo (Item 34) e Monguba (Item 47) possuem mais ligações no decorrer da aldeia, sendo necessário mais pontos de coleta, por esse motivo foram relacionados com a necessidade de 3 (três) unidades por coleta dos insumos dos **itens 1, 2 e 3** do **Quadro 2**.

#### 7.6.3. Item 4 do Quadro 2

7.6.3.1. Considerando o procedimento de análise físico-química, utiliza-se 1 (um) reagente de sachê de reagente DPD, adicionando-o em cada amostra para análise de Cloro Residual Livre nas amostras coletadas, portanto, a mesma quantidade dimensionada para o item **7.6.1.**, deverá ser considerada nesse item.

7.6.3.2. Pelo menos 1 (um) sachê de reagente DPD (Reagente para determinação de Cloro Livre) por dia por sistema que possui clorador. Medição realizada de segunda à sexta.

7.6.3.3. Pelo menos 1 (um) sachê de reagente DPD (Reagente para determinação de Cloro Livre) por caminhão de abastecimento de água entregue na aldeia.

7.6.3.4. 65 (análise na saída do clorador ou nos pontos de consumo) \*22 (média de dias que os AISANs realizam medição diária de cloro livre) = 1.430 (mil quatrocentos e trinta unidades).

7.6.3.5. Média de 130 abastecimentos mensais por meio de carro pipa com medição de cloro livre.

7.6.3.6. TOTAL = 1.430 + 130 = 1.560.

7.6.3.7. Taxa de uso anual= 18.720.

7.6.3.8. Acréscimo de 10% em casos de perdas, treinamentos, recoletas e ações de vigilância = 20.592

7.6.3.9. Acréscimo de 20% para as ações no DSEI Piauí = 24.710

**7.6.3.10. Quantidade arredondada para 1 ano de demanda= 25.000**

7.6.3.11. Aldeias cujo abastecimento seja prioritariamente fornecido pelas concessionárias municipais que possuam, ou não, AISAN para operar os sistemas, dispensar-se-á o monitoramento diário do teor de cloro residual livre, visto que é de competência da concessionária o controle e monitoramento desse parâmetro nos pontos de consumo.

**7.6.4. Itens 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 do Quadro 2:** Insumos utilizado para padronização dos equipamentos de análise:

**7.6.4.1. Dos Itens 5, 6, 7, 11, 12 e 13:** 2 (duas) unidades de padrões de calibração a ser alocado em cada ponto regional de análise do MQAI (Maracanaú, Itarema, Crateús e Monsenhor Tabosa) totalizando 4 (quatro) conjuntos distribuídos entre os polos de análise.

**7.6.4.2. Do item 8:** 1 (um) Frasco de solução de estocagem para eletrodo de 500 mL. Totalizando 1 (um) em cada ponto regional de análise do MQAI (Maracanaú, Itarema, Crateús e Monsenhor Tabosa).

**7.6.4.3. Dos itens 9 e 10:** 1 (uma) unidade de padrão de calibração a ser alocado em cada ponto regional de análise do MQAI (Maracanaú, Itarema, Crateús e Monsenhor Tabosa) totalizando 4 (quatro) conjunto distribuídos entre os polos de análise. Considerando 1 unidade de reserva em casos de necessidade extra.

7.6.4.4. Cada item mencionado tem validade média de 1 (um) ano, por isso a contratação desses insumos deverá ser anual.

7.6.4.5. Pelo menos 1 (uma) caixa térmica de 18L por município nas aldeias que realizem MQAI (Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Boa Viagem, Canindé, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito e Tamboril).

7.6.4.6. Pelo menos 1 (uma) caixa térmica de 5L por AISAN que auxilie nas ações de MQAI.

**7.6.5. Ações de saneamento nos territórios indígenas do Piauí**

7.6.5.1. No ano de 2024 iniciou-se a implementação da Saúde Indígena no estado do Piauí, conjunto de ações que visa garantir o direito dos povos indígenas do estado.

7.6.5.2. Passada a etapa de cadastramento, levantou-se a demanda de 21 aldeias, distribuídas em 9 municípios com dispersão geográfica que abrange do norte ao sul do estado.

7.6.5.3. Haja vista a responsabilidade do DSEI/CE nesse processo, é crucial que o dimensionamento de insumos para o MQAI considere um percentual do estoque para atender as ações de saneamento voltadas para o monitoramento da qualidade da água nesses territórios.

7.6.5.4. Com isso, considerar-se-á um percentual de 30% sobre o total mensurado de insumos utilizados na coleta e análise, para que se atendam às necessidades iniciais de levantamento e monitoramento da qualidade da água nas aldeias.

**7.7. Dimensionamento dos quantitativos**

**7.7.1. Os quantitativos referentes aos Itens 1, 2, 3 e 4 constantes na pesquisa de preços foram dimensionados para atender às demandas dos estados do Ceará e Piauí pelo período de 2 (dois) anos. Ressalta-se que, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021, está prevista a possibilidade de renovação da ata por mais 1 (um) ano, com a devida utilização do saldo remanescente.**

7.7.2. A medida visa a garantia do estoque desses itens para as atividades de MQAI, visto que esses são os insumos cruciais para a realização das atividades.

7.7.3. Os itens 1, 2, 3 e 4 são solicitados com validade superior a 1 ano

Com base nas informações e o memorial de cálculo apresentado, ficam estabelecidos os quantitativos para cada insumo:

**Quadro3 - Insumos para monitoramento da Qualidade da Água em Aldeias Indígenas**

ID DO ITEM	Código do PDM do Item	Nome do PDM do Item	Código do Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade Estimada
1	19105	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 7	343158	MÉTODO: ONPG E MUG, TIPO DE ANÁLISE: QUALITATIVO /QUANTITATIVO DE E. COLI E COLIF. TOTAIS, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, APRESENTAÇÃO: TESTE	UN	8000
2	11902	SACO	456476	MATERIAL: POLIETILENO TRANSPARENTE, APLICAÇÃO: COLETA DE AMOSTRAS DE ÁGUA, CAPACIDADE: 120, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: ESTERILIZADO, COM TARJA DE IDENTIFICAÇÃO	PCT	80
3	21	ETIQUETA ADESIVA	261245	MATERIAL: PAPEL, APLICAÇÃO: IMPRESSORAS LASER E COPIADORAS, COMPRIMENTO: 288,50, COR: BRANCA, LARGURA: 200	CX	10
4	2259	ÁLCOOL ETÍLICO	269941	TEOR ALCÓOLICO: 70%_ (70°GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO	FR	100
5	12254	SOLUÇÃO TAMPÃO	234416	LEITURA: PH 4,0, APLICAÇÃO: CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FR	8
6	12254	SOLUÇÃO TAMPÃO	234417	LEITURA: PH 7,0, APLICAÇÃO: CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FR	8
7	12254	SOLUÇÃO TAMPÃO	289050	LEITURA: PH 10, APLICAÇÃO: CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FR	8
8	6991	FRASCO LABORATÓRIO	444151	MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: CERCA DE 100, TIPO: PARA AMOSTRA, TIPO TAMPA: C/ SISTEMA DE FECHO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL,	UN	8000

				ACESSÓRIOS: COM TIOSSULFATO DE SÓDIO		
9	14801	REAGENTE ANALÍTICO 4	444916	COMPONENTES: SOLUÇÃO ELETROLÍTICA, TIPO: PARA ESTOQUE DE ELETRODOS	FR	4
10	9410	MÁSCARA DESCARTÁVEL  USO GERAL	385112	MATERIAL: FIBRA DE POLIÉSTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAMPO AJUSTE NASAL EM ALUMÍNIO, TIPO FIXAÇÃO: TIRA ELÁSTICA	PCT	50
11	3479	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL	237006	APLICAÇÃO: MULTÍMETRO E TESTADOR DE CABO, TIPO: ALCALINA, VOLTAGEM: 9	UN	80
12	12240	SOLUÇÃO PADRÃO	429539	CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PT-CO, TIPO: DE COR, CONCENTRAÇÃO: 10	-	5
13	11424	REAGENTE ANALÍTICO 2	381897	APLICAÇÃO: QUANTITATIVO DE CLORO LIVRE EM ÁGUA, REAGENTE: CONJUNTO DE REAGENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COLORIMÉTRICO, CONCENTRAÇÃO: FAIXA DE ANÁLISE 0,010 A 6,00 MG/L	UN	40000
14	4416	CANETA PERMANENTE	241163	MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO EM PLÁSTICOS DE LABORATÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TINTA PERMANENTE E RESISTENTE A AUTOCLAVE, ÁGUA, ÁL-, MATERIAL PONTA: PLÁSTICO, TIPO ESCRITA: FINA, COR TINTA: PRETA, FORMATO: CILÍNDRICO	UN	50
15	4175	CAIXA TÉRMICA	298238	MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: TRANSPORTE MEDICAMENTOS, CAPACIDADE: 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOPLADA, RETANGULAR, FECHO E ALÇA, CANTOS ARREDON	UN	20
16	17593	ERLENMEYER	420750	MATERIAL: VIDRO, TIPO BOCA: BOCA ESTREITA, VOLUME: 100, GRADUAÇÃO: GRADUADO,	UN	30



				ACESSÓRIOS: TAMPA ROSQUEÁVEL COM VEDAÇÃO		
17	8874	PIPETA	429492	CAPACIDADE: 5, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PASTEUR, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UN	100
18	8874	PIPETA	452500	CAPACIDADE: 10, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PASTEUR, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UN	100
19	8874	PIPETA	423975	CAPACIDADE: 3, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PASTEUR, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UN	100
20	10708	PILHA	231788	MODELO: AAA, TAMANHO: PEQUENA, TIPO: ALCALINA	EMB	50
21	10708	PILHA	231790	MODELO: AA, TAMANHO: PEQUENA, TIPO: ALCALINA	EMB	50
22	18087	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA	279892	CAPACIDADE: 500, COR: TRANSPARENTE, MATERIAL: EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO: BICO CURVO, ÂNGULO DE 90° PARTE MEDIAL, C/PROTETOR, TIPO TAMPA: TAMPA EM ROSCA	UN	60
23	4175	CAIXA TÉRMICA	614542	APLICAÇÃO: TRANSPORTE DE ALIMENTOS REFRIGERADOS /CONGELADOS, CAPACIDADE: 5, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALÇAS LATERAIS EMBUTIDAS, ALÇA DE MÃO ARTICULÁVEL, MATERIAL: POLIPROPILENO	UN	70
24	12240	SOLUÇÃO PADRÃO	352320	CONCENTRAÇÃO: 10 NTU, TIPO: FORMAZINA	FR	8
25	12240	SOLUÇÃO PADRÃO	404017	CONCENTRAÇÃO: 20 NTU, TIPO: FORMAZINA	FR	8
26	12240	SOLUÇÃO PADRÃO	404018	CONCENTRAÇÃO: 100 NTU, TIPO: FORMAZINA	FR	8
27	6995	ESPÁTULA LABORATÓRIO	420830	COMPRIMENTO: CERCA DE 15, FORMATO: CHATA COM COLHER, MATERIAL: AÇO INOX	UN	20
28	12240	SOLUÇÃO PADRÃO	428230	CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PT-CO, CONCENTRAÇÃO: 250, TIPO: DE COR	FR	5
29	3479	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL	482036	CAPACIDADE NOMINAL: 120, MODELO: LR44, TENSÃO NOMINAL: 1,5, TIPO: BOTÃO	EMB	40

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 331.936,24

8.1. Como metodologia para obtenção do preço de referência foram seguidas as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.2. Observou-se a ordem de preferência, descrita no Art. 5º do diploma legal supracitado, realizando-se pesquisa de preços no Portal de Compras do governo Federal no site governamental <comprasnet.gov.br>, com a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos.

8.3. Devido a impossibilidade de obtenção de 3 (três) preços válidos praticados pela Administração Pública - Inciso I, a cotação de alguns itens só foi possível através do Inciso III - Sites de Domínio amplo, ou pela combinação entre os inciso I e III, conforme apresenta a tabela a seguir.

8.4. Abaixo, segue um quadro informativo dos itens e metodologia utilizada conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 para composição de preços.

### Insumos para Monitoramento da Qualidade da Água Indígena - DSEI/CE

ID DO ITEM	Nome do PDM do Item	CATMAT	Descrição do Item	Unidade	Quantidade Estimada	Mediana /Média Unitária	Valor Total	Metodologia
1	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 7	343158	MÉTODO: ONPG E MUG, TIPO DE ANÁLISE: QUALITATIVO /QUANTITATIVO DE E.COLI E COLIF. TOTAIS, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, APRESENTAÇÃO: TESTE	UN	8.000	R\$ 16,57	132.597,84	I - Contratações Similares/ III - Sítio Eletrônico Especializado
2	SACO	456476	MATERIAL: POLIETILENO TRANSPARENTE, APLICAÇÃO: COLETA DE AMOSTRAS DE ÁGUA, CAPACIDADE: 120, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: ESTERILIZADO, COM TARJA DE IDENTIFICAÇÃO	PCT	80	R\$ 99,47	7.957,84	I - Contratações Similares/ III - Sítio Eletrônico Especializado
3	ETIQUETA ADESIVA	261245	MATERIAL: PAPEL, APLICAÇÃO: IMPRESSORAS LASER E COPIADORAS, COMPRIMENTO: 288,50, COR: BRANCA, LARGURA: 200	CX	10	R\$ 45,14	451,40	I - Contratações Similares
4	ÁLCOOL ETÍLICO	269941	TEOR ALCOÓLICO: 70%_ (70°GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO	FR	100	R\$ 9,49	949,00	I - Contratações Similares
5	SOLUÇÃO TAMPÃO	234416	LEITURA: PH 4,0, APLICAÇÃO: CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FR	8	R\$ 42,87	342,92	I - Contratações Similares
6	SOLUÇÃO TAMPÃO	234417	LEITURA: PH 7,0, APLICAÇÃO: CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FR	8	R\$ 40,00	320,00	I - Contratações Similares
7	SOLUÇÃO TAMPÃO	289050	LEITURA: PH 10, APLICAÇÃO: CALIBRAGEM	FR	8	R\$ 69,39	555,08	I - Contratações Similares/ III

			DE PEAGÂMETRO					- Sítio Eletrônico Especializado
8	FRASCO LABORATÓRIO	444151	MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: CERCA DE 100, TIPO: PARA AMOSTRA, TIPO TAMP: C/ SISTEMA DE FECHO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, ACESSÓRIOS: COM TIOSSULFATO DE SÓDIO	UN	8.000	R\$ 3,87	30.960,00	I - Contratações Similares/ III - Sítio Eletrônico Especializado
9	REAGENTE ANALÍTICO 4	444916	COMPONENTES: SOLUÇÃO ELETROLÍTICA, TIPO: PARA ESTOQUE DE ELETRODOS	FR	4	R\$ 185,80	743,21	III - Sítio Eletrônico Especializado
10	MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL	385112	MATERIAL: FIBRA DE POLIÉSTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAMPO AJUSTE NASAL EM ALUMÍNIO, TIPO FIXAÇÃO: TIRA ELÁSTICA	CX	50	R\$ 14,30	715,00	I - Contratações Similares
11	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL	237006	APLICAÇÃO: MULTÍMETRO E TESTADOR DE CABO, TIPO: ALCALINA, VOLTAGEM: 9	UN	80	R\$ 24,33	1.946,66	I - Contratações Similares
12	SOLUÇÃO PADRÃO	429539	CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PT-CO, TIPO: DE COR, CONCENTRAÇÃO: 10	FR	5	R\$ 200,00	1.000,00	I - Contratações Similares
13	REAGENTE ANALÍTICO 2	381897	APLICAÇÃO: QUANTITATIVO DE CLORO LIVRE EM ÁGUA, REAGENTE: CONJUNTO DE REAGENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COLORIMÉTRICO, CONCENTRAÇÃO: FAIXA DE ANÁLISE 0,010 A 6,00 MG/L	UN	40.000	R\$ 3,42	136.947,20	I - Contratações Similares
14	CANETA PERMANENTE	241163	MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO EM PLÁSTICOS DE LABORATÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TINTA PERMANENTE E RESISTENTE A AUTOCLAVE, ÁGUA, AL-, MATERIAL PONTA: PLÁSTICO, TIPO ESCRITA: FINA, COR TINTA: PRETA, FORMATO: CILÍNDRICO	UN	50	R\$ 12,01	600,50	I - Contratações Similares
			MATERIAL: POLIPROPILENO,					

15	CAIXA TÉRMICA	298238	APLICAÇÃO: TRANSPORTE MEDICAMENTOS, CAPACIDADE: 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOPLADA, RETANGULAR, FECHO E ALÇA, CANTOS ARREDON	UN	20	R\$ 143,50	2.870,00	I - Contratações Similares
16	ERLENMEYER	420750	MATERIAL: VIDRO, TIPO BOCA: BOCA ESTREITA, VOLUME: 100, GRADUAÇÃO: GRADUADO, ACESSÓRIOS: TAMPA ROSQUEÁVEL COM VEDAÇÃO	UN	30	R\$ 45,99	1.379,70	I - Contratações Similares
17	PIPETA	429492	CAPACIDADE: 5, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PASTEUR, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UN	100	R\$ 0,25	25,40	I - Contratações Similares
18	PIPETA	452500	CAPACIDADE: 10, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PASTEUR, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UN	100	R\$ 2,08	208,00	I - Contratações Similares
19	PIPETA	423975	CAPACIDADE: 3, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PASTEUR, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UN	100	R\$ 0,20	20,00	I - Contratações Similares
20	PILHA	231788	MODELO: AAA, TAMANHO: PEQUENA, TIPO: ALCALINA	EMB	50	R\$ 11,82	591,00	I - Contratações Similares
21	PILHA	231790	MODELO: AA, TAMANHO: PEQUENA, TIPO: ALCALINA	EMB	50	R\$ 16,18	809,00	I - Contratações Similares
22	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA	279892	CAPACIDADE: 500, COR: TRANSPARENTE, MATERIAL: EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO: BICO CURVO, ÂNGULO DE 90° PARTE MEDIAL, C/PROTETOR, TIPO TAMPA: TAMPA EM ROSCA	UN	60	R\$ 9,11	546,30	I - Contratações Similares
23	CAIXA TÉRMICA	614542	APLICAÇÃO: TRANSPORTE DE ALIMENTOS REFRIGERADOS /CONGELADOS, CAPACIDADE: 5, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALÇAS LATERAIS EMBUTIDAS, ALÇA DE MÃO ARTICULÁVEL, MATERIAL: POLIPROPILENO	UN	70	R\$ 54,44	3.810,45	I - Contratações Similares
24	SOLUÇÃO PADRÃO	352320	CONCENTRAÇÃO: 10 NTU, TIPO: FORMAZINA	FR	8	R\$ 139,13	1.113,02	I - Contratações Similares/ III - Sítio Eletrônico Especializado

25	SOLUÇÃO PADRÃO	404017	CONCENTRAÇÃO: 20 NTU, TIPO: FORMAZINA	FR	8	R\$ 143,31	1.146,51	I - Contratações Similares/ III - Sítio Eletrônico Especializado
26	SOLUÇÃO PADRÃO	404018	CONCENTRAÇÃO: 100 NTU, TIPO: FORMAZINA	FR	8	R\$ 151,87	1.214,96	I - Contratações Similares/ III - Sítio Eletrônico Especializado
27	ESPÁTULA LABORATÓRIO	420830	COMPRIMENTO: CERCA DE 15, FORMATO: CHATA COM COLHER, MATERIAL: AÇO INOX	UN	20	R\$ 23,00	460,00	I - Contratações Similares
28	SOLUÇÃO PADRÃO	428230	CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PT-CO, CONCENTRAÇÃO: 250, TIPO: DE COR	FR	5	R\$ 311,85	1.559,25	I - Contratações Similares/ III - Sítio Eletrônico Especializado
29	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL	482036	CAPACIDADE NOMINAL: 120, MODELO: LR44, TENSÃO NOMINAL: 1,5, TIPO: BOTÃO	UN	40	R\$ 2,40	96,00	I - Contratações Similares/ III - Sítio Eletrônico Especializado

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A adjudicação do certame será por item, com o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa. De modo a cumprir a súmula nº 247 do TCU "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A aquisição desse estudo possui relação direta com o processo de aquisição de equipamentos nº 25044.000923/2025-42

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente aquisição foi planejada previamente e inserida no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações para o ano de 2025, conforme Plano de Contratações Anual.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. É missão da SESAI promover a saúde dos povos indígenas no Brasil, exigindo atuação permanente dos DSEI's no atendimento à saúde, como é o caso do fornecimento de água potável. Dispondo dos insumos presentes nesse estudo, serão garantidas as ações voltadas ao MQAI, sem comprometimento da atividade no decorrer do ano por falta de insumos para coleta e/ou devida calibração dos equipamentos de análise, dessa forma, servindo de ferramenta eficaz na precaução de riscos à saúde da população indígena por doenças e agravos decorrentes de consumo de água imprópria para o consumo.

12.2. A população atendida receberá um serviço contínuo, mais eficiente e célere, visto que o objeto da contratação proporcionará constância nas ações mensais/diárias, auxiliando na identificação de possíveis contaminantes presentes nas águas, possibilitando um tratamento adequado nos SAA's das aldeias indígenas. Assim, as tomadas de decisões, que estão diretamente ligadas aos laudos fornecidos com o MQAI, terão ações efetivas, preservando e identificando riscos à saúde da população Indígena do Estado do Ceará.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. O procedimento em epígrafe será analisado pela equipe técnica do DSEI-CE, além de encaminhado para avaliação e chancela do órgão central - Secretaria Especial de Saúde Indígena, além da disponibilização orçamentária e alinhamento de teto para a Contratação.

13.2. Ademais, deverão ser utilizados os Modelos de Editais disponibilizados pela Consultoria Jurídica da Advocacia Geral da União, além do envio do processo para análise jurídica e chancela da própria Consultoria Jurídica.

13.3. Por fim, informamos que os membros da Comissão de Planejamento em Licitação deverão prestar as informações necessárias a equipe de fiscalização para a manutenção das boas práticas administrativas no decorrer da execução contratual.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Possíveis impactos ambientais:

14.1.1. Insumos de uso diário possuem embalagens plásticas, após o uso, se descartados de maneira irregular são potenciais poluentes do ambiente.

14.1.2. Os itens destinados à coleta das amostras de água são compostos por material plástico, uma haste metálica e são de uso único. Após o uso, se esses materiais forem descartados irregularmente, podem causar impactos no ecossistema local, confundido-se com o alimento para a fauna local, afetando-a diretamente; além de, por si só, servir de agente poluidor do ambiente.

14.1.3. Quanto às baterias utilizadas, seu descarte inadequado na natureza traz malefícios consideráveis, podendo ocasionar uma contaminação no solo e na flora por metais presentes em seu interior, como Cobre (Cu), Zinco (Zn), Lítio (Li) e Mercúrio (Hg).

14.1.4. Todos os insumos cujo conteúdo esteja dentro de uma embalagem, plástica ou de papelão, potencialmente serão agentes poluentes do ambiente quando descartados inadequadamente, após o uso.

14.2. Medidas a serem tomadas na busca de sanar os riscos ambientais:

14.2.1. O distrito possui uma Plano de Gestão de Resíduos sólidos na qual pilhas, baterias e lâmpadas são descartados em ponto de coletas apropriados.

14.2.2. Todos os profissionais que manuseiam esses insumos são devidamente orientados quanto ao manejo e descarte de resíduos sólidos, participando de capacitações e momentos específicos para discussão do assunto e aplicação em suas aldeias.

14.2.3. As baterias, quando inservíveis serão descartadas em pontos de coleta destinados, evitando-se o descarte no ambiente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável e necessária, conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar. A aquisição de insumos para monitorar a qualidade da água é de extrema importância, pois esse monitoramento servirá para tomadas de decisões quanto a cloração de Sistemas de Abastecimento de Água e outras medidas necessárias para garantir o controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade..

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCOS ANTONIO DE LIMA**

Membro da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 13:24:29.*

**LUCAS GUERRA CARVALHO DE ALMEIDA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 13:49:17.*

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - CEARA

## Ata de Registro de Preços 42/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
42/2025	257033-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - CEARA	ALBERTO SALES BARBOSA	14/11/2025 14:18 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25044.000513/2025-00

## 1. DO OBJETO

MINUTA

## Ata de Registro de Preços nº 42/2025

O Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará, com sede na Avenida Pontes Vieira, 832 - Anexo I - 2º. Andar - Bairro São João do Tauape, Fortaleza/CE, CEP 60130-240, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00394.544/0096-46, neste ato representado pelo Coordenador Distrital o senhor LUCAS GUERRA CARVALHO DE ALMEIDA, nomeado pela Portaria nº. 242, de 14 de fevereiro de 2023, publicada no DOU nº 33 de 15 de fevereiro de 2023, seção 2, pág. 69, portador da matrícula funcional nº. 3325139, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90067/2025, processo administrativo n.º 25044.000513/2025-00, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Aquisição de Insumos para Monitoramento da Qualidade da Água - MQAI, a fim de atender às necessidades de todos os procedimentos de coletas e análises realizadas pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Ceará - DSEI/CE, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo II do edital de licitação n.º 90067/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1], as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2], fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

~~OU~~

~~3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:~~

<del>Item nº</del>	<del>Órgãos Participantes</del>	<del>Unidade</del>	<del>Quantidade</del>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços [A1] decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

~~OU~~

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstrações de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

### **Dos limites para as adesões**

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] ~~ou não poderá~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no [edital] ~~OU~~ ~~aviso de contratação direta~~ e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no [edital] ~~OU~~ ~~aviso de contratação direta~~; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ~~ou no aviso de contratação direta~~, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ~~ou no aviso de contratação~~, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do ~~[edital] OU [aviso de contratação direta]~~, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ~~ou no aviso de contratação direta~~ de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **[*edital*]** ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente **[A1]** após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao [edital] ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

~~11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.~~

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca  (se exigida no edital)	Modelo  (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCAS GUERRA CARVALHO DE ALMEIDA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 14:18:59.